



REDEMOCRATIZAÇÃO E A REFORMA AGRÁRIA: A LUTA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (1984 - 2010)

REDEMOCRATIZATION AND AGRARIAN REFORM: THE STRUGGLE OF THE LANDLESS WORKERS' MOVEMENT (1984 - 2010)

Gustavo de Oliveira da Silva¹

Resumo

O presente artigo trata dos movimentos sociais de luta pela terra, o campo e a reforma agrária. Discute-se as formas de organizações políticas camponesas como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e como nasceu o movimento sem-terra no Brasil, sua organicidade política e sua linha política e tática, e de que modo o movimento camponês dialogou com a conjuntura após o processo de redemocratização nacional. Reflete-se, também, a respeito da questão agrária no contexto de redemocratização e seu diálogo como organização e ator político com os presidentes que foram eleitos no período de 1984-2010, recorte histórico que engloba diferentes governos com espectros políticos diversos e que aqui será examinado. Para essa pesquisa sobre a relação entre os governos e o MST foi escolhido o periódico Jornal Sem Terra, do MST, publicado desde 1981, efetuando uma análise documental de caráter materialista-histórico de perspectiva marxista.

Palavras-Chave: História do Campo; Questão Agrária; Reforma Agrária; Luta Sociais no Campo

Abstract

In this article about social movements fighting for land, the countryside and agrarian reform, which also deals with the formation of peasant political organizations such as the MST (Movement of Landless Rural Workers) and how the landless movement was born in Brazil, analyzing its political organicity and also its political and tactical line, which also understands how the peasant movement dialogued with the situation after the national redemocratization process. Also observing the agrarian issue in the context of redemocratization and its dialogue as an organization and political actor with the presidents who were elected within the period 1984-2010, a historical cut that encompasses different governments with different political spectrums. For this analysis of the relationship between governments and the MST, the journal

¹ Graduando do 4º ano de curso de História pelo UNISAGRADO, Bauru-SP. Artigo realizado para as disciplinas de História Contemporânea e Metodologia de Pesquisa em História, sob a orientação da Profª Drª Lourdes M. C. Feitosa e do Profº Drº Roger M. M. Gomes.



Jornal Sem Terra do MST was chosen, which has been published since 1981, carrying out a documentary analysis of a materialist-historical character from a marxist perspective.

Keywords: Field History; Agrarian Question; Land reform; Social Struggle in the Field

1. A VIOLENTA HERANÇA COLONIAL E A LUTA PELA TERRA

Como apontado pela Global Witness, o Brasil é o terceiro país que mais mata ativistas; No mês de março de 2022, duas lideranças camponesas da Liga dos Camponeses Pobres foram brutalmente assassinadas por defender a reforma agrária, Ênio Pasqualin, militante do MST foi sequestrado em sua casa no ano de 2020 e executado a tiros dois dias depois, isso não é um fato novo, já que no próximo dia 18 de abril, completam-se 26 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 na qual o Estado do Pará matou 19 sem-terra.

Desde que a Global Witness começou a produzir seus relatórios, o Brasil tem sido o país mais letal para os defensores da terra e do meio ambiente. No geral, é o país com o maior número documentado de assassinatos desde 2012, com 342 no total. Cerca de um terço dos mortos eram indígenas ou afrodescendentes, e mais de 85% dos assassinatos aconteceram na Amazônia. Decade of defiance: Ten years of reporting land and environmental activism worldwide”

Dentro da mistificação e das Fake News, é necessário jogar luz sobre a questão agrária e debater com seriedade o tema. Mediante ao quadro de guerra no campo causada pelo agronegócio nacional, entendendo a reforma agrária e sua necessidade, ao mesmo tempo que se entende o valor da terra principalmente em um momento que ela é muito disputada.

Como apresentado pela Comissão Pastoral da Terra no seu documento “Conflitos no Campo” publicado no primeiro semestre de 2022, houve um aumento na repressão e assassinatos a população camponesa. É necessário entender o porquê desses confrontos e a importância de se apoiar a luta popular pela terra, entendendo que compõem essa disputa de classes pela terra e porque existe a necessidade da disputa pela terra para quem nela vive, junto disso, traçando um caminho histórico para que



possamos entender a realidade de luta e perseguição dessa parcela campesina dentro da história.

A pesquisa será feita de duas maneiras, um levantamento crítico acerca das movimentações nas leis aplicadas no campo no período estudado, trazendo um balanço crítico da maneira que o Governo Federal enxergava a questão. Buscando também em mídias jornalísticas independentes que operam fora da hegemonia e são de cunho político de esquerda um ponto de vista sobre o que era apresentado, fazendo uso em especial do Jornal Sem Terra, periódico publicado pelo MST em suas fileiras e também entrevistas de seus militantes, documentos disponibilizados em seus sites ou também que venham a ser descobertos durante a pesquisa

A questão da terra e o debate sobre seu uso é um tema que é historicamente postergado em nosso país e tem seu início no período colonial, a concentração de terras é uma realidade presente no cotidiano nacional desde o Brasil-Colônia com as chamadas Capitâneas Hereditárias e o costume da posse e controle da terra se manteve até o presente pelas grandes famílias e empresas privadas em território nacional, principalmente no agronegócio brasileiro como por exemplo a empresa Brasil Agro, detentora de 166 mil hectares no Brasil. Segundo Rocha, Cabral:

O monopólio da terra no Brasil tem suas origens ainda no século XVI, com as Capitâneas Hereditárias, que foram doadas pelo Rei Dom João III a nobres de sua confiança. Estas capitâneas dividiram o Brasil em 15 (quinze) extensões de terra que tornaram-se propriedades de fidalgos portugueses. A estrutura fundiária brasileira de grande propriedade formou-se a partir daí. Os grandes latifúndios escravistas são resultado desta distribuição desigual de terra iniciada com a colonização brasileira, esses latifúndios permanecem até os dias atuais, com configurações diferentes. O campo brasileiro é resultado deste processo histórico que culminou em um campo desigual. (ROCHA, CABRAL, 2016, p.76)

Grande parte dessa posse de terras tem origem no processo de colonização e a herança do Brasil-Colônia que se perpetua frente a ao avanço industrial nacional e o capitalismo, esse mesmo fator mantém as posses de terra no nosso tempo, como evidência Caio Prado Júnior:



Não pode haver dúvidas que um dos fatores principais, se não o principal hoje em dia, que tem resguardado a concentração da propriedade agrária, herança colonial que perpetuou até nossos dias, impedindo o parcelamento daquela propriedade, sua distribuição mais equitativa e mobilização comercial mais ativa (condição essencial para o progresso da agropecuária), aquele fator é a isenção fiscal de que goza a propriedade fundiária rural. (PRADO JR, 1960, p.2).

Com o fim da Ditadura Militar e o processo de redemocratização nacional, movimentos populares de reivindicação da terra e da reforma agrária ganharam força em território nacional, junto disso, com uma proposta de democracia livre e eleições diretas, os partidos políticos e movimentos de diferentes espectros procuravam levar seus projetos políticos a essa parcela da sociedade. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) começava a crescer e a germinar, junto disso as Ligas Camponesas também voltavam a um lugar de destaque no cenário social e político.

Com isso, é necessário entender todo esse contexto histórico e organizações que se apresentam ao decorrer do processo, compreendendo as pautas apresentadas junto da questão material e como toda essa nomenclatura foi se criando com o avanço do início do século XX e como a presença da burguesia detentora de terras e que se apresentava em grande parcela no agronegócio nacional se formou e portou até golpe militar de 1964 e como era vista a luta pela terra frente ao que viria para entendermos os contornos do presente.

A terra, hoje, tem sua representação no latifúndio. Para Coggiola (2007), o latifúndio é uma grande extensão de terras e o principal objetivo do latifundiário é a valorização de suas terras e a especulação imobiliária e não a produção agrícola. Esse latifúndio nasce da colonização e da escravidão e as terras que geravam esse latifúndio vinham de sesmarias, sistema da Coroa Portuguesa que buscava distribuir terras para aumentar a produção agrícola. Desse modo, o Brasil sendo colônia também sofreu com as leis que distribuíram terras nacionais para colonizadores. Com a independência do Brasil em 1822, o sistema de concessão de terras foi abolido.

No ano de 1850 surge a Lei de Terras fruto da industrialização crescente e necessidade de mão de obra trabalhadora. A Lei de Terras previa que:



Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Dessa maneira, só aqueles que possuíam poder aquisitivo poderiam ter terras, tornando legal o modelo de grande propriedade rural que prevalece até hoje no Brasil. Nascendo assim uma classe que venderia sua força de trabalho para trabalhar na produção agrícola e outra que teria o controle sobre a terra e o trabalho. A partir disso, foi necessária a criação de uma identidade para o latifúndio nacional, pauta que permeia de 1850 até 1930, quando no governo Vargas é criada a pasta do Ministério da Agricultura, focada em cuidar das questões agrárias nacionais, a partir disso, criava-se as condições materiais para o surgimento do latifundiário como conhecemos atualmente.

O latifundiário tomou força no Brasil mediante o desenvolvimento que o país passava durante o período de Getúlio Vargas nos setores agrícolas e na produção de algodão, milho e café (Sobreira, 2013). O latifundiário ganhava mais espaço no contexto nacional. A década de 1930 também é marcada por um grande momento de êxodo rural na história nacional, mediante ao desenvolvimento das cidades, muitos tentavam a vida saindo do campo.

À medida que o processo se encaminha para a ditadura militar, havia também um pensamento que a reforma agrária era uma etapa essencial para o desenvolvimento nacional; dessa maneira, o projeto político de reforma agrária era defendido e debatido por vários setores da política:

Antes de 1964, a reforma agrária constituía um dos pilares do projeto desenvolvimentista. Considerava-se a distribuição de terras um pré-requisito necessário ao desenvolvimento econômico do país. Mas a ditadura militar se encarregou de mostrar o contrário. Logo ficou evidente que o desenvolvimento capitalista podia prescindir de distribuição de terras. (VEIGA, 1991, p.3)

Mas, vale lembrar que para sindicalistas e camponeses o debate e a luta política era realidade desde o fim do Estado Novo, em 1945, sendo notificadas associações de



camponeses e as greves de 1949 a 1954 realizadas em 55 fazendas de cana-de-açúcar, cacau e café. Nessas movimentações aliadas à queda de Vargas, a agitação política sobre a questão camponesa ganha destaque junto às movimentações políticas do Partido Comunista. A luta política e sindical não era proibida, mas o próprio Estado tornava o processo jurídico conturbado, era claro o caráter da classe dominante que criava impeditivos constitucionais para a organização política, criando-se assim maneiras alternativas de luta, como as Ligas Camponesas, fundadas logo após o fim do regime Vargas em 1947, seguindo a organicidade da estrutura comunista:

Consoante a própria estrutura orgânica do Partido Comunista, tratava-se de um movimento camponês altamente centralizado. Além de receber orientação de uma dezena de jornais diários e outro tanto de semanários comunistas, as Ligas Camponesas se orientavam por seu próprio jornal, Terra Livre, fundado em São Paulo em maio de 1949, e que circulava semanal ou quinzenalmente, segundo seus recursos financeiros. O folheto Zé Brasil, que reflete mais que nenhum outro a tragédia camponesa, alcançou, durante anos seguidos, milhões de exemplares, com grande circulação no setor rural. (MORAIS, 1997, p.14)

A luta no campo permaneceu e as movimentações internacionais e nacionais também, criava-se o contexto de golpe militar e dentro das Ligas Camponesas se aprofundava uma disputa de linha política entre os dirigentes Julião e Padre Alípio que possuíam discordâncias políticas e de tática a respeito da reforma agrária e da luta no campo, relação que se acirrou até 1964. Com a chegada do golpe, as Ligas Camponesas acabam em uma ilegalidade que se perpetua até o fim da ditadura.

Perto do final da ditadura a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em sua 18ª Assembleia da CNBB apresentou um balanço crítico de forte caráter progressista sobre o período, evidenciando a violência contra os camponeses, denunciando o acúmulo de poder e capital, trazendo a terra como direito e responsabilizando o Estado e seus governantes pela situação conjuntural que se enfrentava no campo. O documento traz uma perspectiva social e de movimentação política aliado ao estudo teológico e o evangelho, combatendo as mazelas e propondo combater, junto aos camponeses, os senhores que atentam contra o povo.



2. A DEMOCRACIA E A PERMANÊNCIA NA LUTA

Após a redemocratização, no ano de 1985, Tancredo Neves (MDB) é eleito, mas acaba falecendo. Assumindo José Sarney (MDB), que tinha alta proximidade com a antiga cúpula militar do Regime. Para os movimentos sociais do campo nada mudou. O clima era o mesmo, assim foi divulgado o PNRA, Plano Nacional de Reforma Agrária, o documento tinha como base a ideia da função social da propriedade, a desapropriação de terras improdutivas e garantir a manutenção da terra daqueles que já produziam. Também era um documento de muito “mal gosto e amargo”, já que era mais reacionário que o próprio Estatuto da Terra, publicado durante a Ditadura Militar e que só beneficia empresários do ramo agrícola. O PRNA era raso, criava um bem-estar inexistente no campo:

- a) favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultiva. (BRASIL, PRNA I, 1985)

Aqui é necessário entender o caráter desses projetos de ganhavam espaço e o contexto nacional e a maneira que se apresenta a chamada “questão agrária” e como a reforma agrária é uma parte desse corpo. Lembrando também que aliado ao desenvolvimento de uma democracia nacional, também estava em pauta para as classes dominantes o desenvolvimento do capitalismo nacional. Segundo Stedile:

E aqui se está entendendo como “questão agrária” o conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/ prática oficial como a “mais adequada” para o desenvolvimento nacional. (STEDILE, 2010, p.78)



Havia um interesse entre os partidos políticos e as classes dominantes de pensar e formular a reforma agrária a partir de uma ótica de produção capitalista, industrialização e trabalho. Essa visão que carregava o caráter ideológico dos projetos de reforma agrária era diametralmente oposta ao que desejava a classe camponesa e distante da sua realidade, não abarcava as questões de formação social, uma ideia de desenvolvimento também o arcabouço teórico de anos de luta no campo. Os projetos tinham até uma postura de “amarrar” a luta camponesa, criando moldes legais de gerenciamento que no final não representavam o interesse da classe, não aumentavam sua participação política, não melhoraram a condição de vida no campo e nem tinha uma proposta de educação e desenvolvimento social.

Tudo no campo democrático era pensado friamente num quesito técnico e constitucional. Obviamente a questão agrária abarcava essas questões, mas não somente elas. Judicializar o processo e distribuir terras não muda o problema estrutural que permeia desde o período colonial, distribuir terras para o povo camponês como parte de um projeto político de eleição torna-se aquilo que Bourdieu (1989) categoriza como poder simbólico, que transforma o poder e a dominação em relação afetiva com o dominado através de um trabalho ideológico e de aproximação, muito similar ao processo que ocorreu na eleição de 2002 com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (Partido dos Trabalhadores).

A confusão terminológica e também a falta de preparo e estudo sobre a questão piorou a relação, tratar isso tudo como apenas a “reforma agrária” jogar 500 anos de teoria e práxis no lixo, principalmente quando se busca uma conciliação entre o dominado e dominador, pensando que junto da redemocratização a agricultura crescia e os complexos agroindustriais de capital nacional ou internacional tomavam conta do país, a produção dos camponeses perderia força sendo consumida pelo capitalismo, a reforma agrária é um começo, mas não o fim para a classe camponesa:

“Reforma agrária” para solucionar a “questão agrária”. Só que o que muitos tentam obscurecer é que a reforma agrária, fora da perspectiva economicista, visa alterar toda uma estrutura de poder que, além de igualmente perversa e viciosa, produz um ambiente social, econômico, cultural e político inibidor

do desenvolvimento econômico, sim, mas, principalmente, inibidor do desenvolvimento democrático. (STEDILE, 2010, p.83)

Nesse contexto de disputa política, econômica e social nasce o MST, fundado em 1984 no 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na cidade de Cascavel-PR.

O movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem-terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: Lutar pela Terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e exploradores (CALDART, 2001, p.207).

Assim nascia, em 1984, uma das maiores organizações políticas do Brasil contemporâneo, contando com um grande projeto de reforma agrária que apresentava uma caracterização da população camponesa, um projeto político e uma articulação de bases a nível nacional, buscando alinhar suas bases e criando um projeto político consistente e duradouro que perpassa desde o âmbito cultural até a educação camponesa e a prática da agricultura familiar.

Entre trancos e barrancos e a eleição que se aproximava, o PT (Partido dos Trabalhadores) apresentava um projeto ambicioso para as eleições de 1989, o que trazia certa consistência e um horizonte político a esquerda. Buscava a reforma agrária pensando a desapropriação de terras, mas sem um radicalismo, aumentando as condições de vida no campo, criando uma ponte entre cidade-campo e o desenvolvimento mútuo e apoio ao pequeno produtor camponês. O programa, dentro da ótica eleitoral e burguesa era forte, mas quem ganhou foi Fernando Collor (PRN).

Collor, um candidato que para o MST representava a burguesia nacional que já começava rapidamente a ganhar espaço, filho do ARENA, mas eleito pelo PRN (Partido da Reconstrução Nacional, atual Agir!), Collor representava um projeto



neoliberal dentro de um contexto político com vários projetos diversos, com o 2º turno extremamente polarizado entre Lula e Collor, ficou evidente a necessidade de uma aliança entre as diferentes frentes burguesas nacionais, evidenciando também a fragilidade dessa classe que estava com medo do projeto democrático-popular do PT:

O compromisso do novo presidente com o projeto neoliberal extremado mostrou-se precipitado, pois entre as frações do bloco no poder não havia unidade suficiente em torno do conjunto do ideário neoliberal. Se havia consenso em relação ao corte de gastos estatais, inclusive dos direitos sociais, a redução do funcionalismo público ao controle do déficit público e a revisão dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela Constituição, as dissensões nas questões da abertura comercial e bancária e da privatização das estatais eram suficientemente fortes para impedir a formação de uma sólida base de apoio do governo no Congresso. (MACIEL, 2011, p.98).

O MST buscou tirar um aprendizado daquela primeira experiência nas eleições e da democracia que surgia, mas já compondo um acúmulo teórico acerca do que seria para o movimento:

Será a aplicação das fórmulas do FMI. Teremos uma enorme recessão. Serão privatizadas diversas empresas estatais. Continuaremos enviando os bilhões de dólares em pagamento aos juros da dívida externa. Os salários serão arrojados. As condições de vida da classe trabalhadora continuarão piorando. E as forças de mercado, segundo eles é que devem regular a economia, ou seja, salvem-se quem puder. (Os planos da burguesia com Collor. Jornal Sem Terra, ano IX, n. 90, p. 4, dez. 1989).

O Jornal Sem Terra fazia a “agitprop” contra a burguesia representada pelo projeto político de governo com caráter neoliberal de Fernando Collor, apresentado uma linha política e através do periódico combater a TV e a propaganda que era favorável ao presidente que se considerava o “Salvador”, a violência e a repressão cresciam contra o movimento e a classe:

Estamos assistindo uma avalanche de repressão, que usa todos os seus meios, fazendo escuta telefônica, abrindo correspondência, vigiando os passos das lideranças, infiltrando agentes em acampamentos e assentamentos. Tudo para impedir o avanço do MST e a organização dos trabalhadores (Reforma Agrária vira caso de polícia. Jornal Sem Terra, ano X, n. 105, p. 2, jul. 1991)



Em 1992, todos são surpreendidos pelas denúncias de corrupção e improbidade administrativa feitas pelo seu irmão, Pedro Collor. O MST movimenta as bases e expõe no jornal a podridão do governo. O impeachment é iniciado e em 29 de dezembro, após grande período de mobilização popular, Collor renúncia e entra o vice, Itamar Franco (PMDB), com um desgoverno morno e que passa muito truculento até a chegada de Fernando Henrique Cardoso.

Em uma corrida presidencial muito disputada com Lula (PT), FHC (PSDB) conquistou a presidência com Plano Real e o projeto neoliberal. Para o MST, FHC representava tudo de velho e conservador na elite brasileira e a ideia de reforma agrária não era pauta discutível, mas sim inexistente em seu governo uma relação de ódio se formou e os interesses eram opostos com mentiras emitidas pelo governo, assim como na chegada de Collor, o MST aprofundava suas ocupações e assentamentos, a situação se amargava até o fatídico dia 17 de abril de 1996.

No dia 05 de Março de 1996 foi decidido que as famílias ocupariam a Fazenda Macaxeira, estavam acampados à margem da rodovia PA-275, o medo da repressão existia a patrulha cobria a mata, fazendeiros exigiam do Estado do Pará a reintegração de posse, de acordo com o MST o governo do Estado teve uma reunião com os fazendeiros, na qual exigiram forte repressão e uma lista de pessoas que deveriam “desaparecer”, o INCRA entrou na negociação e a mesma foi firmada e não cumprida, no dia 10 de Abril inicia-se a marcha em direção a fazenda, um dia antes do massacre, já próximos a cidade de Eldorado dos Carajás novas negociações foram firmadas e na manhã seguinte, dia 17 de Abril canceladas, a estrada foi bloqueada e as 16 horas inicia-se o cerco por policiais que vinham de Parauapebas, o resultado ao fim do dia foram 19 trabalhadores rurais mortos e 56 feridos:

Segundo o médico legista Nelson Massini, houve tiros na nuca e na testa, indicando assassinato premeditado de sete vítimas. Ficaram nos corpos dos mortos 17 balas e 12 deles apresentaram cortes profundos com foices e facões, provavelmente instrumentos retirados dos próprios trabalhadores rurais. Um teve a cabeça estraçalhada (BARREIRA, 2014, p.138)



O Estado havia respondido da maneira que sabia e a polícia da maneira que era treinada, matando e reprimindo. Historicamente a Polícia Militar permanece sendo extremamente efetiva em sua forma, não era primeira vez o trabalhador rural sangrava na mão do Estado e da Polícia Militar, nem seria a última ou um caso isolado, exemplo disso é o Massacre de Corumbiara, em 1995 que levou a um racha no MST e a criação da LCP (Liga dos Camponeses Pobres). Hoje se prova que há um projeto político de repressão ao campo e aos movimentos sociais:

O massacre de Eldorado dos Carajás, desnudando o lado arcaico e tradicional das relações políticas e econômicas do campo, é o outro lado da moeda do capitalismo moderno – o que mostra não só a necessidade de uma mudança na estrutura agrária, mas também o poder do atraso, da onipotência e impunidade dos grandes proprietários de terra que ainda continuam ditando as regras do jogo no meio rural brasileiro. (BARREIRA, 2014, p.143)

3. O PT E A ILUSÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O tempo passa e as eleições chegam, Lula (PT) torna-se presidente. Na figura dele se via um caminho próspero e de esperança para os sem-terra, o MST comemorava a vitória como a conquista da reforma agrária, mas em pouco tempo as direções do MST entenderam que a luta permaneceria, Lula privilegia banqueiros e industriais, seu Programa Agrário para 2002, o “Programa Vida Digna no Campo”, possuía uma visão mais conciliadora entre classes e apresentava uma proposta rasa para uma questão complexa, sem uma perspectiva radical, colocava a reforma agrária como pauta principal e emergencial, mas no final, permaneceu alimentando veementemente o capital estrangeiro, conciliando os interesse de uma classe trabalhadora que via suas pautas sendo vendidas por um “líder do povo e dos pobres” que não podia ser criticado, realidade que permanece até hoje, a violência contra o trabalhador rural permaneceu, as leis que atacavam o MST também, no fim até investimentos foram retirados do INCRA, ficou claro que o PT não tinha comprometimento com a reforma agrária.



Em análises preliminares, observa-se que a partir de 2004, os discursos referentes ao presidente Lula se transformaram definitivamente. Ele não era mais a esperança de transformação. Os pobres do campo teriam que lutar para conquistar a reforma agrária. São diversas as publicações que questionavam o modelo econômico adotado por Lula e sua equipe de Governo, sendo as críticas severas, principalmente, pelo fato de que Lula havia privilegiado o agronegócio, em detrimento da pequena propriedade. (COELHO, 2013, p.14)

Por mais que o Partido dos Trabalhadores tivesse uma ótima relação com o MST, após a eleição de Lula para a presidência, não houve um avanço na questão agrária, Lula era visto como um “amigo” para o movimento, mas ao mesmo tempo que não atacava o MST, também não elevava o debate e causava uma despolitização sobre o mesmo, ao mesmo tempo, o movimento por acreditar nesse “amigo” político, reduzia sua pressão sob o governo, movimento que acabou enfraquecendo o MST.

O raciocínio das diversas Lideranças Locais do MST, com as quais convivi, vai nessa mesma direção de que o MST se enfraqueceu no governo Lula, em virtude de perceberem que o que desmobilizou o movimento foi um governo amigo, pois confiavam que finalmente viria a reforma agrária e ela não veio. Consequentemente, muitas pessoas desanimaram de lutar quando a luta fica em vão, sem respaldar algo concreto. Dessa maneira, a desmobilização pelo desânimo foi inevitável, uma vez que a família viver acampada debaixo duma lona preta, sem garantia de quando vai conquistar a terra para trabalhar, enfraqueceu o MST pelo aspecto do arrefecimento do ímpeto das massas, da base, do povo, para empreender novos acampamentos (NASCIMENTO, 2019, p.247)

O governo não era inimigo, mas também não era defensor, a imobilização jogava o MST em uma inércia política, ao mesmo tempo, isso prejudicava a luta pela terra e a acomodação do governo demonstrava um enorme problema para o movimento, já que a ideia de montar uma “oposição de esquerda” ao governo petista soava como um fogo amigo, ao mesmo tempo, o governo petista nunca demonstrou um ato de boa-fé com o movimento, já que historicamente o Estado brasileiro só realizou assentamentos quando pressionado pelos movimentos sociais (NASCIMENTO, 2019), ao mesmo tempo esse imobilismo levava a uma perda política muito grande, já que sem o avanço político não ocorre o avanço material da luta, mantendo a população que lutava pelo campo parada:



Ao fazer a luta pela terra, os sem-terra se ampliam socialmente e se compõem como classe. Entender que esses esqueletos de gente resgatados da miséria pela organização também são cultura não é tarefa fácil. A cultura deve ser entendida como sendo tudo o que existe transformado na natureza pelo esforço humano e que faz sentido de existir. Os sem-terra, pelo esforço organizativo [...dão] a si próprios um novo significado e uma nova função social definida em sua identidade coletiva (BOGO, 2009:10)

Dessa forma, a luta pela terra gira em torno da organicidade política e da consciência de si do sujeito, a terra atribui significado ao movimento por ser o motivo do embate político, dessa forma, o Partido dos Trabalhadores se alicerçou politicamente junto do MST mas caiu no pragmatismo e optou por não fortalecer a luta daqueles que mais acreditaram no projeto petista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale salientar que entre processos legais, ocupações e assentamentos, houve em cada governo aqui apresentado uma pequena e quase cômica distribuição de terras, mas em nenhum momento o MST, LCP ou CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) foi atendida na questão da reforma agrária ou as movimentações recorrentes de movimentos adeptos da Revolução Agrária de cunho maoísta foram atendidas, a questão agrária permanece se aprofundando numa crise ainda mais severa. A reforma agrária nacional não ocorreu e os movimentos do campo permanecem periféricos na sociedade e nas pautas políticas.

Não olhar pra esse processo e também acreditar que a reforma agrária é impossível é desacreditar a luta justa de mais de 600.000 famílias acampadas sob a lona preta, segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o número de famílias assentadas nestes últimos anos foi de 614.093, sendo criados neste mesmo período 551 assentamentos. Ainda conforme o INCRA, no total, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária e um total de 8.763 assentamentos atendidos, onde vivem 924.263 famílias (RIBEIRO).

No fim, a história é a história da luta de classes (ENGELS, MARX 1999) e assim como Gramsci (1917) é necessário ter ódio a todos que são indiferentes a essa luta, porque



viver é tomar partido e a terra pertence a quem nela produz.

REFERÊNCIAS

BOGO, Ademar. **O MST e a cultura**. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

BARREIRA, C. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado do Carajás. **São Paulo em Perspectiva**, 13(4), 136-143, 1999.

COELHO, Fabiano. Descaso com a Reforma Agrária e Repressão Contra os Movimentos Sociais: representações do MST sobre Collor (1990- 1992). **Antíteses**. Londrina/PR, v. 10, n. 19, p. 311-331, jan./jun. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 91.766**, de 10 de Outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Disponível em: < www.mda.gov.br/arquivos/I-PNRA.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2016.

BRASIL é o quarto país do mundo que mais mata ativistas ambientais, diz ONG. [S. l.], 13 set. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-quarto-pais-do-mundo-que-mais-mata-ativistas-ambientais-diz-ong/>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BRASIL. Lei de Terras de 18 de setembro de 1850. In: **Coleção das Leis do Império do Brasil – 1850**, v. 1., p. 307-313.

COGGIOLA, Osvaldo. **La Cuestión Agraria en Brasil. Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas**. Artigos. Março de 2007. Disponível em: <http://www.gpehm.org.br/>. Acesso em: 19 dez. 2015.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados, São Paulo, 2001.

Engels, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p

GRAMSCI, Antonio. Os Indiferentes. In: LINARES, Alexandre. **Os Indiferentes**. [S. l.], 16 maio 2005. Disponível em:



<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/02/11.htm>. Acesso em: 11 maio 2022.

MACIEL, D. O GOVERNO COLLOR E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1990-1992). **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 11, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48390>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL. **REVISTA PRODUÇÃO ACADÊMICA – NÚCLEO DE ESTUDOS URBANOS REGIONAIS E AGRÁRIOS/ NURBA**, [S. l.], p. 75-86, 9 jun. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/download/2963/9286/#:~:text=A%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20no%20Brasil,que%20culminou%20no%20campo%20desigual>. Acesso em: 5 abr. 2022.

PRADO JR., Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **A Questão Agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TERRA, Movimento Sem. **Nossa História**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/97-99/>. Acesso em: 7 abr. 2022.

REDAÇÃO, **Brasil de Fato**. Líder do MST no Paraná é sequestrado e morto a tiros. [S. l.], 26 out. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/26/lider-do-mst-no-parana-e-encontrado-morto-com-sinais-de-execucao>. Acesso em: 5 abr. 2022.

RANGEL, Silvando S. N. **De quem é a terra?** A questão da reforma agrária e o MST no governo Lula. 2020. Monografia (Doutorado) - Universidade de Coimbra, [S. l.], 2019. Disponível em: <https://eg.uc.pt/browse?type=author&authority=rp79806>. Acesso em: 1 nov. 2022.

SOBREIRA, Janaína Porto. Políticas de desenvolvimento agrícola na Era Vargas: A Produção de algodão através dos dados do Ministério da Agricultura no nordeste. **ANPUH XXVII**, [S. l.], p. 1-11, 21 set. 2022. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371347394_ARQUIVO_ANPUH-Trabalhorevisado-JanainaPorto.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**. São Paulo 2: Expressão Popular, 2010. 199 p. v. 2. ISBN 85-87394-79-7.

**29** A **01**
NOV **DEZ****EVENTO PRESENCIAL**Minicursos, conferências, palestras,
mesas-redondas, encontros e
apresentações orais

VEIGA, José Eli da. Fundamentos do Agro reformismo. **Lua Nova**, [s. l.], v. 3, ed. 23, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/nczZjwtnN55DgGTjz8ySzM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2022.